

ASSOCIAÇÃO BEM ESTAR DE SANTA MARIA DE LAMAS  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

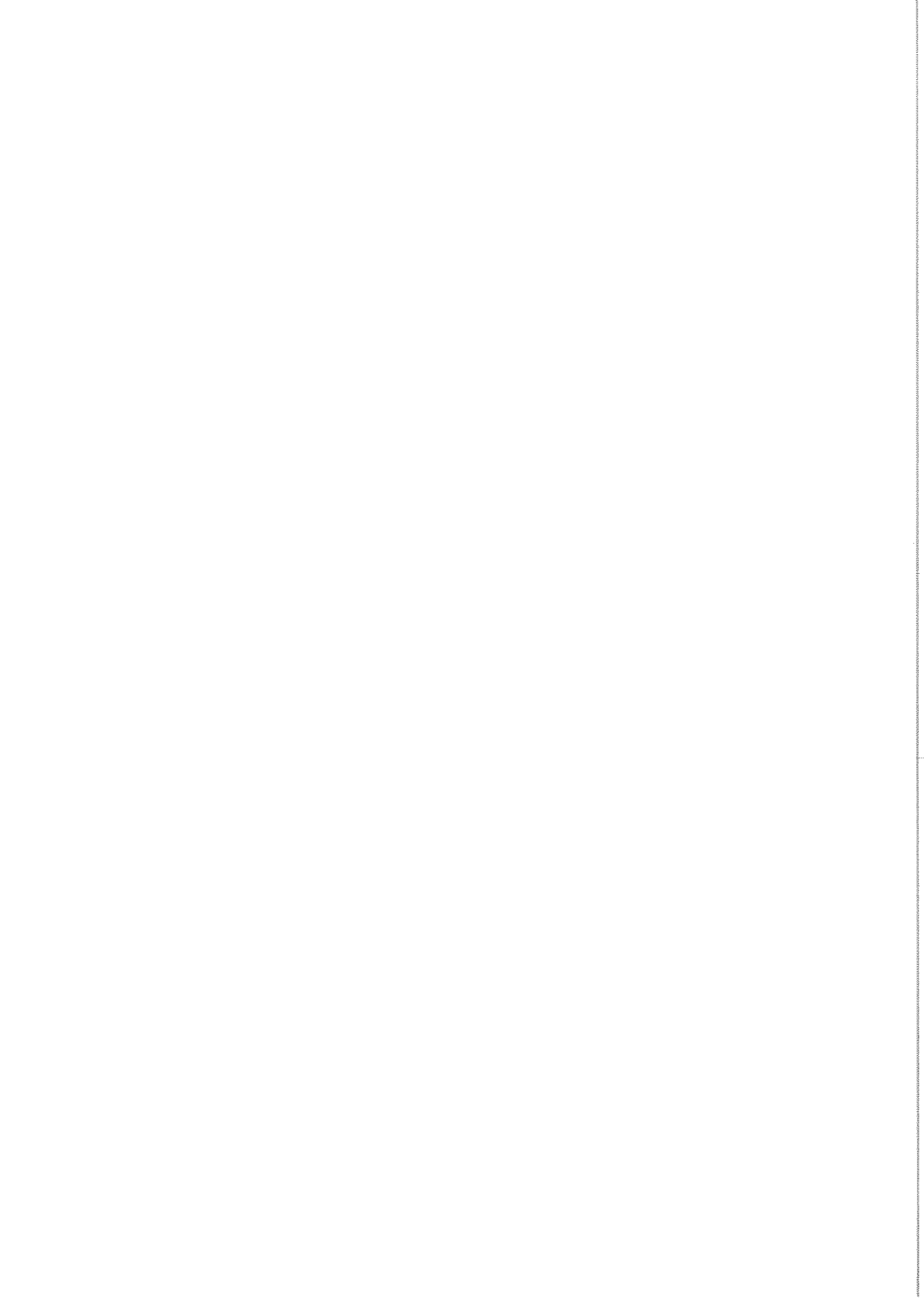
Contribuinte: 501846840

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1, 5	1 843 963,00	1 829 889,80
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3.2.2, 6	1 505,73	269,49
Investimentos financeiros	3.2.3, 14.1	2 454,70	1 815,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 847 923,43	1 831 974,40
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3.2.4, 8	1 849,92	1 794,77
Créditos a receber	3.2.5, 14.3	23 513,82	27 570,25
Estado e outros entes públicos		5 749,90	4 673,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5, 14.2	214,00	190,00
Diferimentos	14.5	2 422,16	8 269,76
Outros ativos correntes		202 589,31	214 069,60
Caixa e depósitos bancários	3.2.5, 14.6	105 314,83	109 688,16
		341 653,94	366 256,18
<b>Total do ativo</b>		2 189 577,37	2 198 230,58
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.2.6, 14.7	313 419,99	313 419,99
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		200 500,01	178 767,25
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.6, 14.7	997 758,43	997 758,43
		1 511 678,43	1 489 945,67
Resultado líquido do período		4 964,02	21 732,76
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		1 516 642,45	1 511 678,43
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.8, 7	286 243,97	382 867,89
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		286 243,97	382 867,89
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.2.5, 14.8	62 572,31	50 386,96
Estado e outros entes públicos		29 832,93	30 860,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5, 14.2	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.8, 7	140 167,24	100 000,00
Diferimentos	16.4	4 412,75	6 173,65
Outros passivos correntes		149 705,72	116 263,17
		386 690,95	303 684,26
<b>Total do passivo</b>		672 934,92	686 552,15
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		2 189 577,37	2 198 230,58

A Direção

O responsável



ASSOCIAÇÃO BEM ESTAR DE SANTA MARIA DE LAMAS  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

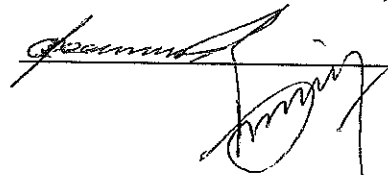
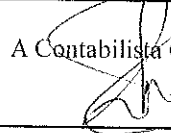
Contribuinte: 501846840

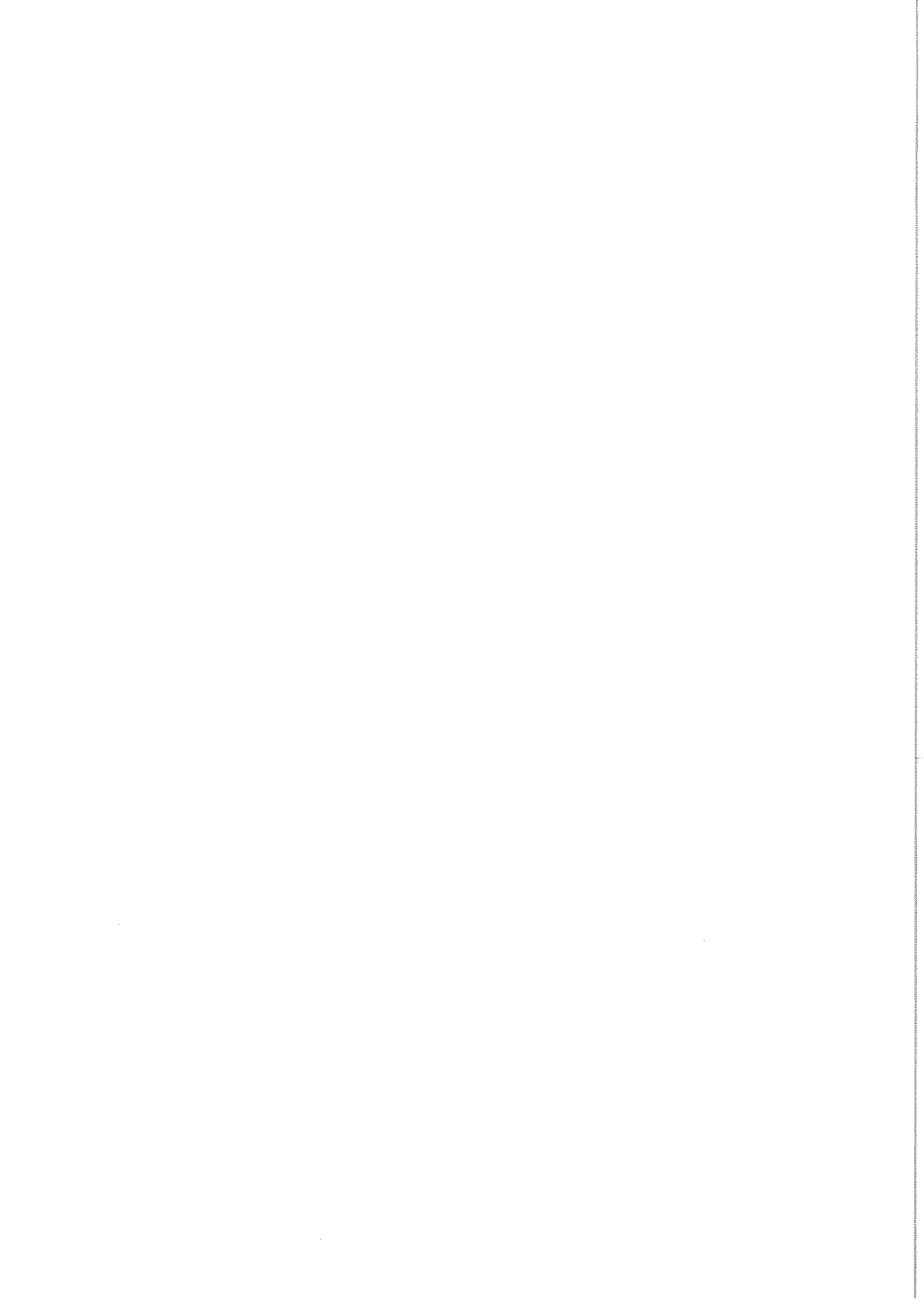
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	9	425.444,04	410.716,01
Subsídios, doações e legados à exploração	10, 14.11	606.976,52	608.779,80
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	124.363,86	132.642,04
Fornecimentos e serviços externos	14.12	191.899,71	199.022,82
Gastos com o pessoal	12	712.087,68	686.349,30
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.3	931,65	1.215,25
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	14.13	15.925,93	36.036,26
Outros gastos	14.14	6.826,91	1.318,98
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>12.236,68</b>	<b>34.983,68</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	7.273,86	13.253,44
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4.962,82</b>	<b>21.730,24</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.15	1,20	2,52
Juros e gastos similares suportados	7, 14.15	0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>4.964,02</b>	<b>21.732,76</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4.964,02</b>	<b>21.732,76</b>

A Direção

A Contabilista Certificad



# ANEXO

## 1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO BEM ESTAR DE SANTA MARIA DE LAMAS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, com estatutos publicados no Diário da República n.º 72, Série III, com sede em RUA SOCIAL 110, freguesia de Santa Maria de Lamas. Tem como atividade o apoio social nomeadamente o apoio à família, o apoio a crianças e a jovens, a promoção sociocultural da população, a educação pré-escolar e o apoio social a pessoas idosas com alojamento, prosseguindo os seus objetivos, na prestação de serviço das seguintes respostas sociais:

- Creche
- Pré-escolar
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Dia
- Centro de convívio
- Cantina Social

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259-B/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

#### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

#### 3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação. Quando existem, encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	2
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

### 3.2.3 Investimentos financeiros

A lei nº 70/2013, de 30 de Agosto criou dois fundos de compensação do trabalho. O fundo de compensação do trabalho (FCT) e o fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT), cujo objetivo visa garantir aos trabalhadores o recebimento de metade da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

As participações para o FCT devem ser reconhecidas no balanço como ativo, atendendo a que se trata de um fundo de capitalização com possibilidade de reembolso desses montantes.

Estes ativos financeiros são mensurados pelo custo.

### 3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out), em sistema de inventário permanente.

### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Créditos a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).



### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores

As dívidas registadas são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.7 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade deverá reconhecer uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

### 3.2.8 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” dos empréstimos obtidos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica (obra sede), como parte do custo desse ativo.

### 3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5 Ativos Fixos Tangíveis

##### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Descrição
Auditório de Santa Maria de Lamas

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Bens do domínio público	25 237,60	0,00	0,00	0,00	25 237,60
Terrenos e recursos naturais	347 200,00	0,00	0,00	0,00	347 200,00
Edifícios e outras construções	144 504,35	1 065,14	0,00	0,00	145 569,49
Equipamento básico	254 583,36	4 544,15	(18 937,99)	0,00	240 189,52
Equipamento de transporte	238 209,23	0,00	0,00	0,00	238 209,23
Equipamento administrativo	21 790,63	139,90	(3 462,64)	0,00	18 467,89
Ativos fixos tangíveis em curso	1 424 426,31	15 381,52	0,00	0,00	1 439 807,83
<b>Total</b>	<b>2 455 951,48</b>	<b>24 130,71</b>	<b>(22 400,63)</b>	<b>0,00</b>	<b>2 454 681,56</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Bens do domínio público	25 237,60	0,00	0,00	0,00	25 237,60
Edifícios e outras construções	145 235,91	890,03	(5 769,10)	0,00	140 356,84
Equipamento básico	200 576,75	11 364,26	(18 937,99)	0,00	193 003,02
Equipamento de transporte	238 190,52	18,71	0,00	0,00	238 209,23
Equipamento administrativo	16 820,90	573,51	(3 482,54)	0,00	13 911,87
<b>Total</b>	<b>600 824,08</b>	<b>12 846,51</b>	<b>(28 189,63)</b>	<b>0,00</b>	<b>585 480,96</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos Desenvol.	0,00	0,00	0,00	0,00	,00
Prog. Computador	2 851,14	1 451,40	0,00	0,00	4 302,54
Propriedade Indust.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O. Ativos Intang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 851,14</b>	<b>1 451,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 302,54</b>

<i>Depreciações acumuladas</i>					
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos Desenvol.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prog. Computador	2 581,65	215,16	0,00	0,00	2 796,81
Propriedade Indust.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O. Ativos Intang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 581,65</b>	<b>215,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 796,81</b>

## 7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os "Encargos Financeiros" dos empréstimos obtidos em 2017 são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo que se qualifica, ou seja, à obra da sede, pelo que foram contabilizados como parte do custo desse ativo. Conforme alterações previstas pela publicação do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, Capítulo 10 (Custos de empréstimos obtidos).

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	40 167,24	286 243,97	326 411,21	0,00	382 867,89	382 867,89
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	100 000,00	0,00	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>140 167,24</b>	<b>286 243,97</b>	<b>426 411,21</b>	<b>100 000,00</b>	<b>382 867,89</b>	<b>482 867,89</b>



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017**

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como se segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	2 954,50	2 954,50	0,00	3 681,88	3 681,88
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	56 456,68	12 427,02	12 427,02	17 132,11	15 188,62	32 320,73
<b>Total</b>	<b>56 456,68</b>	<b>15 381,52</b>	<b>71 838,20</b>	<b>17 132,11</b>	<b>18 870,50</b>	<b>36 002,61</b>

## 8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subprod. e de consumo	1 781,10	124 303,28	0,00	1 720,52	134 078,06	(1 500,03)	1 781,10
<b>Total</b>	<b>1 781,10</b>	<b>124 303,28</b>	<b>0,00</b>	<b>1 720,52</b>	<b>134 078,06</b>	<b>(1 500,03)</b>	<b>1 781,10</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00	0,00	124 363,86	0,00	0,00	132 642,04

## 9 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	420 606,04	406 536,01
Quotas e joias	4 838,00	4 180,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	1,20	2,52
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>425 445,24</b>	<b>410 718,53</b>



## 10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios à Exploração do Governo</b>		
<b>Do Instituto de Segurança Social</b>		
Comparticipações	563 343,25	563 810,76
Programa Pré-Escolar-Compensação Salarial	19 534,32	22 249,32
<b>Do Instituto do Emprego e Formação Profissional</b>		
Estágios Profissionais	6 708,19	3 325,59
Programa Emprego Inserção	415,86	2 971, 10
Outros Programas (Cheque Formação)	1162,00	3 461,50
<b>Autarquias</b>		
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira-Protocolo	10 184,00	11 161,50
<b>Outras Instituições</b>		
	5 628,90	1 500,03
<b>Total</b>	<b>606 976,52</b>	<b>608 779,80</b>
<b>Subsídios ao Investimento do Governo</b>		
<b>Do Instituto de Segurança Social</b>		
Programa Mases	0,00	0,00
<b>Autarquias</b>		
Câmara Municipal de Santa Maria Feira	0,00	0,00

## 11 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 4 691,33€, corresponde ao valor a pagar durante o Mês de Janeiro e referente a:

Descrição	2017	2016
Retenção s/ Rendimento Trabalho Dependente	4 308,00	4 207,00
Retenção s/Rendimentos Empresariais	383,33	14,46
<b>Total</b>	<b>4 691,33</b>	<b>4 221,46</b>

## 12 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "57", conforme discriminado no quadro abaixo.

Número Médio Colaboradores														
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Nº de Colaboradores contratados	2015	46	46	45	46	47	47	47	50	48	48	48	48	47
	2016	49	49	50	51	51	54	52	52	52	51	52	55	52
	2017	53	54	53	52	52	53	54	52	53	53	55	55	54
Nº Colaboradores Programas Ocupacionais	2015	5	5	5	5	4	6	6	5	6	5	4	6	5
	2016	6	5	4	5	6	3	3	2	2	1	4	4	4
	2017	4	4	4	3	4	2	2	1	3	2	2	1	3
Nº Colaboradores - Estágios Profissionais	2015	1	1	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	2
	2016	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	2017	1	1	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2
Total 2015		52	52	52	53	53	56	56	58	57	56	55	57	54
Total 2016		56	55	55	56	57	57	55	54	54	52	56	60	57
Total 2017		58	59	59	57	58	57	58	55	57	56	58	57	59

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	566 307,75	546 876,99
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1 431,98	1 296,95
Encargos sobre as Remunerações	118 382,45	114 700,18
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 688,06	4 474,25
Outros Gastos com o Pessoal	2 211,40	2 113,61
Formação profissional	0,00	7 710,00
Remuneração de Outro Pessoal	17 066,04	9 177,32
<b>Total</b>	<b>712 087,68</b>	<b>686 349,30</b>

## 13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros invest. Financeiros - Fundos Compensação Trabalho</b>	<b>1 602,69</b>	<b>963,10</b>
<b>Outros invest. Financeiros - Fundos Reestruturação do Setor Solidário</b>	<b>852,01</b>	<b>852,01</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>2 454,70</b>	<b>1 815,11</b>

### 14.2 Fundadores/benem./patroc./doadores/associados..

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocionadores	0,00	0,00
Quotas	214,00	190,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>214,00</b>	<b>190,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 14.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017**

Descrição	2017	2016
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Cientes	5 960,25	10 281,00
Utentes	15 789,28	17 289,25
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	26 694,54	23 998,60
<b>Total</b>	<b>48 444,07</b>	<b>51 568,85</b>

Nos períodos de 2017 e 2016 estão registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Cientes	0,00	0,00
Utentes	-24 930,25	-23 998,60
<b>Total</b>	<b>-24 930,25</b>	<b>-23 998,60</b>

#### 14.4 Outras ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	160,99	120,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	202 428,32	213 948,61
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>202 589,31</b>	<b>214 069,60</b>

#### 14.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Prémios de Seguros Antecipados	2 422,16	8 269,76
Rendas Antecipadas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 422,16</b>	<b>8 269,76</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendimentos Faturados resp exerc. Futuros	-4 412,75	-3 974,52
IEFP - Apoios a reconhecer	0,00	-2 199,13
<b>Total</b>	<b>-4 412,75</b>	<b>-6 173,65</b>

#### 14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:




**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017**

Descrição	2017	2016
Caixa	2 481,75	3 036,97
Depósitos à ordem	94 363,43	98 182,74
Depósitos a prazo	8 469,65	8 468,45
Outros		
<b>Total</b>	<b>105 314,83</b>	<b>109 688,16</b>

### 14.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	313 419,99	0,00	00,00	313 419,99
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	178 767,25	21 732,76	0,00	200 500,01
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	997 758,43	0,00	0,00	997 758,43
<b>Total</b>	<b>1 489 945,67</b>	<b>17 837,56</b>	<b>0,00</b>	<b>1 511 678,43</b>

Quadro explicativo das contas incluídas na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais:

Conta	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de transição	0,00	0,00	-18 073,50
Subsídio Câmara Municipal-Obras	0,00	0,00	59 800,00
Subsídio Programa MASES	0,00	0,00	16 412,22
Subsídio Câmara Municipal-Viaturas	0,00	0,00	0,00
Subsídio Fundação A. Amorim	0,00	0,00	500 000,00
Doações	0,00	0,00	439 619,71
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>997 758,43</b>

### 14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	62 572,31	50 265,97
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>62 572,31</b>	<b>50 265,97</b>

### 14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

R

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017**

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 749,90	4 673,64
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5 749,90</b>	<b>4 673,64</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	2 400,48
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 691,33	4 221,46
Segurança Social	24 986,74	23 856,40
Descontos Judiciais	154,86	382,14
<b>Total</b>	<b>29 832,93</b>	<b>30 860,48</b>

### 14.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar	0,00	51 528,95	0,00	21 339,60
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	5 432,10	0,00	5 326,89
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	982,78	0,00	427,59
Credores por acréscimo de gastos	0,00	88 615,14	0,00	88 494,48
<b>Outros credores</b>	0,00	3 146,75	0,00	674,61
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>149 705,72</b>	<b>0,00</b>	<b>116 263,17</b>

### 14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	606 976,52	608 779,80
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>606 976,52</b>	<b>608 779,80</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

### 14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 foi a seguinte:

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	57 900,93	65 037,19
Materiais	5 845,89	5 538,32
Energia e fluidos	52 215,23	53 597,84
Deslocações, estadas e transportes	744,35	866,74
Serviços diversos	49 373,84	47 151,54
Encargos com utentes	25 819,47	26 831,19
<b>Total</b>	<b>191 899,71</b>	<b>199 022,82</b>

### 14.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	6 900,16	6 421,34
Descontos de pronto pagamento obtidos	988,32	1 293,28
Recuperação de dívidas a receber	1 425,62	100,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	6 611,83	28 221,64
<b>Total</b>	<b>15 925,93</b>	<b>36 036,26</b>

### 14.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	613,51	459,25
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	17,50	37,11
Perdas em inventários	0,00	44,32
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	6 195,90	778,30
<b>Total</b>	<b>6 826,91</b>	<b>1 318,98</b>

### 14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1,20	2,52
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1,20</b>	<b>2,52</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>1,20</b>	<b>2,52</b>

### 14.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

Santa Maria Lamas, 26 de Março de 2018.

# **Associação de Bem Estar de Santa Maria de Lamas**

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**Ex.mos Associados,**

Nos termos das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre os documentos referentes de prestação de contas apresentados pela Direção da Associação de Bem Estar de Santa Maria de Lamas, relativos ao exercício económico de 2017.

### **Relatório**

No desempenho das funções que nos estão atribuídas, acompanhámos a atividade da Associação através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes. Realizaram-se contatos com elementos da Direção e com a Contabilista Certificada, que, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar.

As Demonstrações Financeiras apresentadas comparadas com as do exercício económico anterior, refletem alterações pouco significativas, que estão devidamente esclarecidas no relatório de atividades e contas. Apesar da diminuição do resultado líquido, comparativamente com o exercício económico de 2016, é de realçar que o mesmo se manteve positivo em 4.964,02 €. Das alterações verificadas nas rúbricas de rendimentos e ganhos, destacámos o aumento dos valores dos serviços prestados e uma diminuição da rúbrica de outros rendimentos, principalmente ao nível dos donativos recebidos. Por outro lado, nas principais rúbricas de gastos verificaram-se aumentos nos fornecimentos e serviços externos e nos gastos com o pessoal e uma diminuição do CMVMC que reflete a variação negativa do número de utentes das respostas sociais da infância e cantina social.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras que, neste caso, compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Resultados por Valências, o Relatório de Gestão e o Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados, são suficientemente esclarecedoras da situação atual da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias.





## Parecer

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal é de opinião que os documentos de prestação de contas apresentam de forma verdadeira e apropriada a atividade da Associação e refletem o atual património social e é de parecer que os associados:

- Aprovevem o processo de prestação de contas do exercício económico de 2017 apresentado pela Direção;
- Aprovevem a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- Procedam, conforme exigência legal, à apreciação geral da Direção e Fiscalização da Associação e dela tirem as respetivas conclusões.
- Aprovevem que seja consigando um voto de louvor à Direção, extensivo a todos os colaboradores, pela dedicação e pelo empenho demonstrados.

Santa Maria de Lamas, 30 de Março de 2018

### O Conselho Fiscal



(Dr. António Carlos Relvas Marques)



(Prof. António Ribeiro Almeida)



(Osvaldo Sousa Pinho)

